Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram o façam cumprir o guardar tam inteiramente como nêlo se contém.

Os Ministros do todas as Repartições o façam imprimir; publicar e correr. Dado nos Paços do Govêrno da República, em 8 de Abril de 1930. — ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *Domingos Augusto Alves da Costa Oliveira* — *António Lopes Mateus* — *Luis Maria Lopes da Fonseca* — *António de Oliveira Salazar* — *João Namorado de Aguiar* — *Luis António de Magalhães Correia* — *Fernando Augusto Branco* — *João Antunes Guimarães* — *Gustavo Cordeiro Ramos* — *Henrique Linhares de Lima*.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Repartição de Fiscalização da Administração Financeira das Colónias

Decreto n.º 18:179

Sendo da maior conveniência e necessidade, como princípio moralizador e elemento eficaz de fiscalização, que todas as autorizações para abonos individuais, a liquidar pelas diversas verbas dos orçamentos gerais das colónias, não discriminados expressamente nos mesmos orçamentos, sejam previamente publicadas nos *Boletins Officiais*, como, de resto, já se procede nalgumas colónias;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta do Ministro das Colónias, com o voto consultivo do Conselho Superior das Colónias:

Hei por bem decretar, nos termos do disposto no n.º 9.º da alínea b) da 8.ª base orgânica da administração colonial, aprovada pelo decreto n.º 15:241, de 24 de Março de 1928, o seguinte:

Artigo 1.º O pessoal permanente ou eventual de qualquer natureza e de quaisquer serviços, remunerado ou

gratificado por verbas globais do orçamento geral de cada colónia, só pode ser admitido por despacho do govêrno da mesma colónia sob proposta individual, ou colectiva para casos iguais, do director ou chefe dos respectivos serviços.

§ único. Exceptua-se das disposições dêste artigo o pessoal oporário, serventuário ou jornalista,

Art. 2.º A proposta a que se refere o artigo 1.º deve conter os seguintes requisitos:

- a) Nome, idade e naturalidade do admitido;
- b) Natureza do serviço que vai desempenhar, nos termos de que disposição legal ou regulamentar, ou, tratando-se de serviço imprevisito, qual a necessidade dêste;
- c) Duração certa ou provável da prestação do mesmo serviço;
- d) Designação da verba por onde deve correr a respectiva despesa, tendo-se em atenção quo o limite fixado para o pessoal de fiscalização no § único do artigo 17.º do regulamento geral das obras públicas, de 11 de Novembro de 1911, deve ser aplicado, tanto quanto possível, aos restantes serviços de cada colónia.

Art. 3.º A proposta organizada nos termos do artigo antecedente e depois de despachada será submetida ao visto do Tribunal Administrativo, Fiscal e de Contas, nos termos legais em vigor, sem o qual nenhum pagamento pode ser feito.

Art. 4.º Os despachos a que se refere o artigo antecedente devem ser sempre publicados no *Boletim Official*, sem o que não podem ser feitos os respectivos pagamentos.

Art. 5.º (transitório). As disposições do presente diploma são, no prazo de noventa dias, a contar da sua publicação no *Boletim Official* de cada colónia, applicáveis a todos os casos actuais.

Art. 6.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro das Colónias assim o tenha entendido e faça executar.

Para ser publicado no «Boletins Officiais» de todas as colónias.

Paços do Govêrno da República, 8 de Abril de 1930. — ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar*.